



**SEMINÁRIO “FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA NO CONTEXTO DA  
PANDEMIA DA COVID-19: IMPACTOS DA PORTARIA MEC Nº 544, DE 16  
DE JUNHO DE 2020, REFERENTE À FLEXIBILIZAÇÃO DAS PRÁTICAS E  
ESTÁGIOS”**

**Natal, 02 a 06 de julho de 2020**  
**CRP 17ª Região / Rio Grande do Norte**  
**Realizado de forma remota**

**RELATÓRIO**

**APRESENTAÇÃO**

*O Seminário Nacional de Formação em Psicologia no Contexto da Pandemia da COVID-19: Impactos da Portaria MEC Nº 544, de 16 de junho de 2020, referente à Flexibilização das Práticas e Estágios promovido pelo CFP e pela ABEP foi estruturado em etapas prévias nos estados, a fim de sistematizar informações de forma democrática com as principais atrizes na realização de práticas e estágios em Psicologia. No RN, a etapa regional ocorreu de acordo com o projeto proposto pelo CFP/ABEP, executada pelo Grupo de Trabalho instituído pela Comissão de Educação do CRP-17 (GT de Formação), e também contou com a colaboração da equipe técnico-administrativa e orientadoras fiscais do Conselho.*

O Seminário teve como público-alvo coordenadoras de cursos e de serviços-escola, coordenadoras, supervisoras e orientadoras de práticas e estágios, e representação estudantil (dentre membros de centros acadêmicos, lideranças de turmas e representantes de turmas concluintes, que foram orientadas a apresentar as posição, problematizações e dúvidas dos grupos aos quais pertencem). As inscrições das participantes foram realizadas em formulário eletrônico, e a divulgação feita em canais institucionais, por meio de ofício às coordenações de curso de Psicologia de IES no RN e em comunicação direta às coordenadoras de curso e coordenadoras de estágio, via grupo de articulação do CRP-17 com IES por *WhatsApp*.

Realizado em três dias (02, 03 e 06 de julho de 2020), de forma remota e gravada por meio da plataforma *Cisco Webex Meeting*, o Seminário teve duração de seis horas,



sendo cada encontro de duas horas mediado por uma conselheira do CRP-17. A memória de cada encontro foi registrada por escrito por membras da Comissão de Educação.

Com participação de Izabel Hazin, Conselheira do CFP, nos três dias, e Stela Maris, representante da ABEP, em dois desses, o Seminário ocorreu com apresentação da proposta e metodologia, seguida de exposição da posição do Sistema Conselhos de Psicologia e da ABEP, e da inscrição de falas das participantes, que tinham dois minutos para apresentar sua posição, com tempo flexibilizado e possibilidade de nova inscrição, desde que garantida a fala a todas as IES.

O Seminário do RN contou com 165 participantes dos 11 cursos de Psicologia no RN, sendo dois cursos de instituições públicas e nove de instituições privadas, distribuídos nas cidades de Natal, Mossoró e Pau dos Ferros. Para garantir a escuta das mais diversas vozes, cada encontro foi realizado com um público-alvo diferente: no primeiro dia, coordenadoras, supervisoras e orientadoras de estágio; no segundo, coordenadoras de curso; no último dia, as representações estudantis.

O relatório da etapa regional (RN) é composto do detalhamento dos três dias de encontro, seguido da síntese dos apontamentos feitos por psicólogas e estudantes que estão diretamente envolvidas nas práticas e estágios em Psicologia no estado. Nas próximas três seções, encontram-se os relatos de cada dia do Seminário, seguidos da síntese com os principais resultados, e de registros fotográficos em apêndice.



## **1º DIA DE SEMINÁRIO: 02 DE JULHO DE 2020**

Horário: 19h – 21h

Plataforma: *Cisco Webex Meeting*

Mediadores: Robério Nunes (Conselheiro do CRP-17), Vânia Aparecida (Membra Colaboradora da Comissão de Educação do CRP-17), Artemis Nuamma Nunes (Membra Colaboradora da Comissão de Educação CRP-17), Izabel Hazin (Conselheira do CFP) e Stela Maris Bretas Souza (Representante da ABEP)

Público-alvo: Coordenadoras(es) de Serviços-Escola; Coordenadoras(es), Supervisoras(es) e Orientadoras(es) de Estágios

Participantes: 80 inscritas/63 participantes

### **Síntese dos pontos debatidos**

Participaram 63 convidadas, dentre supervisoras, orientadoras e coordenadoras de serviços-escola. Das participantes que se colocaram, a maioria considerou que seria inviável a realização de estágios de forma remota sob o risco de comprometer a qualidade da formação e descaracterizar a importância da vivência prática em contextos diversos. Inclusive, mais de uma vez foi mencionado que ao conversar com discentes, essas expuseram preferir fazer o estágio de maneira presencial quando for possível. Nas palavras das psicólogas presentes, com o formato remoto, há risco de perda da qualidade que comprometeria a formação profissional. O estágio remoto tem sido percebido como limitado, mesmo em um contexto excepcional de pandemia. Dentre as dificuldades antecipadas pelas participantes quanto a práticas no remoto estão o fato de não se tratar de uma simples transposição do presencial para o formato on-line; esta preocupação é maior no caso de estagiárias que estão se formando.

Outras críticas em relação à possibilidade de estágio por meio das tecnologias da informação (TICs) foram feitas no sentido de que realizar estas ações seriam incompatíveis com a realidade. Na opinião das participantes, o estágio remoto compromete o desenvolvimento de competências e habilidades importantes para a formação relacionadas: ao contato com os sujeitos; a observação, como por exemplo, de relações de poder em contexto de trabalho que não podem ser visualizadas em modo remoto; questões de diagnóstico para conhecer a realidade, etc.: “o estágio também é um conjunto de práticas que permite a leitura de contextos”. Ademais, para as discentes que



estariam tendo a sua primeira experiência de estágio, estagiar remotamente não seria interessante. As profissionais aludem a falas de suas estagiárias que afirmam preferir a realocação dos estágios para períodos posteriores (caso fosse possível).

Outro conjunto de ideias ficou em torno da dificuldade de acesso das alunas às TICs para a realização dos estágios, não apenas pela dificuldade de acesso à internet, mas também pelas condições de vida e de trabalho, rotina e saúde. Na fala de uma das psicólogas: “O contexto da pandemia trouxe a dimensão virtual que já estava muito perto. E faz não sentido pensar que, hoje, é uma coisa em substituição a outra, mas que convivem. Pode fazer on-line ou não? Quando o on-line é uma ‘possibilidade de’ e não de ser substitutivo. Também precisa formar os alunos para [ofertar serviços psicológicos on-line]”.

Além das questões acionadas acima, muitas atividades laborais já foram transpostas para o modo remoto, implicando mudanças em trânsito nos processos de trabalho. As psicólogas lançaram algumas preocupações com o cenário já posto na pandemia: algumas estagiárias já haviam iniciado o atendimento, e as supervisoras demonstram preocupação com a perda do vínculo da paciente/cliente/usuária com a instituição de estágio. Além disso, compareceram preocupações com a saúde e segurança e imprevisibilidade de quanto tempo ainda vai durar a pandemia.

Sobre as providências e o posicionamento que as instituições têm tomado para a realização ou não dos estágios, mencionou-se que, em algumas delas, já foi sinalizada a impossibilidade de retorno ao campo de estágio em função da pandemia, pois diversos locais rejeitaram a volta das estagiárias. Devido a esta impossibilidade, ventilou-se a possibilidade de estágio remoto. Existe também risco de fazer práticas em tempos de pandemia em hospitais, por exemplo, uma vez que este é um local com grande possibilidade de transmissibilidade. Enfatizou-se necessidade de garantia de equipamentos de proteção individual (EPIs) para as alunas. Ainda falando sobre os campos de estágio, haveria a possibilidade de remanejamento destas práticas para os serviços-escola. Contudo, o risco de haver uma grande quantidade de alunas e a limitação do campo de estágio em uma única área deve ser avaliado caso essa saída seja implementada.



Houve falas que consideraram as realidades distintas dos contextos de estágios básicos e específicos, sendo duas realidades distintas: estágios básicos (que geralmente são realizadas em grupo) e estágios específicos.

Sobre as supervisões, as psicólogas destacaram que até poderiam ser realizadas, mas para situações específicas, como apenas o diálogo. Contextos que envolvem instrumentos psicológicos, por seu turno, poderiam inviabilizar a prática remota.

Como propostas, apenas uma participante sugeriu a possibilidade de atendimentos individuais e grupais de modo remoto. Uma delas afirma que poderia ser feita uma oferta de estágio híbrida, presencial em serviço-escola para os que se sentem seguros (“há pessoas que só conseguem ser atendidas na modalidade presencial”), e, remota para os que não se sentem. Também seria necessário avaliar em quais subáreas da Psicologia isso seria possível. Surgiram, então, as seguintes alternativas: (1) atividades complementares, formativas e experiências que contemplassem uma parte do estágio, mas, existe a dificuldade de pensar como isso seria contabilizado na carga horária; (2) cursos de formação com profissionais da saúde ou elaboração de atividade on-line para profissionais de saúde a respeito das emoções em contexto de pandemia; (3) promoção de eventos de extensão para as alunas se manterem ativas e motivadas.

As psicólogas questionaram como atividades exitosas realizadas on-line poderiam configurar um estágio, visto que o tamanho da turma, segundo o que foi relatado, pode ser um obstáculo para realização de atividades nesse formato.

De maneira geral, foi dito que o Sistema Conselhos de Psicologia deve, após as discussões, lançar diretrizes básicas para estágios nesse período de pandemia.



## **2º DIA DE SEMINÁRIO: 03 DE JULHO DE 2020**

Horário: 19h – 21h

Plataforma: *Cisco Webex Meeting*

Mediadores: Keyla Amorim (Conselheira do CRP-17), Giuliana Maria Gonçalves (Membra Colaboradora da Comissão de Educação do CRP-17), Jacqueline Maciel Targino (Membra Colaboradora da Comissão de Educação CRP-17), Izabel Hazin (Conselheira do CFP)

Público-alvo: Coordenadores de Cursos de Psicologia

Participantes: 28 inscritas/20 participantes

### **Síntese dos pontos debatidos**

Uma representante relatou que têm sido feitas reuniões em seu departamento, cujo posicionamento é a defesa da priorização de uma formação em Psicologia democrática, plural e presencial, o que tem sido inclusive construído no projeto de curso. Acrescentou que não são contra as ferramentas tecnológicas, porém elas devem ser vistas como instrumentos. No entanto, nesse contexto, esses instrumentos têm sido utilizados de forma substitutiva, o que é diferente de ser utilizada como uma alternativa, um recurso, conforme já existe em prerrogativas formativas na atuação da psicóloga. No atual momento, o departamento da coordenadora tem trabalhado de maneira transversal, com eventos de extensão e ações de pesquisa, o que também se configura como formação. Ademais, o curso tem escutado as estudantes e estagiárias, e foi relatado que o posicionamento delas corrobora a das docentes, o que tem sido fundamental para manter a defesa do ensino presencial em todos os aspectos.

Outro departamento tem trabalhado com formações na modalidade remota para as docentes, ressaltando que elas não foram preparadas para trabalharem com ensino remoto. A partir da nota da ABEP, tomaram o mesmo posicionamento de não participarem do ensino remoto oferecendo disciplinas, atividades de sala de aula ou estágios, da mesma forma que outro campus da mesma instituição. Afirma que tem trabalhando no momento com formação docente/discente por meio da tecnologia. Ambos os casos relatados acima são de IES públicas, pelo que a representante que se colocou reconhece que a realidade das instituições públicas é diferente da realidade das instituições privadas.



O principal desafio que foi pontuado pelas representantes é como equilibrar a necessidade de oferecer uma resposta para a sociedade em relação à flexibilização do ensino, sem correr o risco de comprometer a formação das alunas em termos da qualidade e de tudo o a Psicologia vem defendendo ao longo de todos esses anos.

Por parte dos Centros universitários privados, houve algumas diferenças sobre como tem sido conduzido o processo em relação aos estágios. A primeira delas se relacionou com a continuidade das aulas: as atividades teóricas tiveram que continuar, inclusive foram realizadas formações com os docentes em tempo recorde. Quanto às disciplinas de avaliação psicológica e estágio, houve suspensão, conforme as orientações legais. Em outra IES, também têm sido realizados diálogos com as estudantes e formação com as docentes. Uma outra coordenadora informa que algumas atividades entre supervisoras e discentes continuaram, mas que não se configuram como estágio. Quanto à inclusão digital, uma coordenadora relata que das cerca de 1500, apenas três não conseguiram acompanhar as aulas e atividades do semestre. As aulas foram gravadas, e, no retorno, essas estudantes terão acesso ao conteúdo e será planejado/organizado posteriormente um calendário com as avaliações, para que elas não sejam prejudicadas por questões de acessibilidade.

Também foi informado por uma das participantes que existe uma divisão quanto às estudantes que desejam iniciar estágios e aquelas que desejam esperar pelo retorno das atividades presenciais. Uma maior preocupação em relação às concluintes e pré-concluintes (que já concluíram acima de 80 por cento do curso) foi mencionada, relatando que o tensionamento ocorre mais por esse grupo.

Outro posicionamento considerou que compreende que não são viáveis estágios às estudantes via remota por questões éticas, de acessibilidade, não conseguindo conceber como possível e viável que estudantes realizem práticas de estágio de forma remota, as quais devem ser feitas em campo.

Sobre os obstáculos na implementação de estágios remotos, foi dito que há uma precarização de acesso às tecnologias pelas estudantes que residem no interior, que pode reforçar as dificuldades que têm enfrentado para assistir as aulas. Essa dificuldade, então, poderia se estender para a realização de estágios. Ademais, houve uma preocupação com os compromissos da Psicologia como ciência e profissão com a sociedade, caso os estágios sejam realizados de maneira remota. Ainda sobre a oferta do serviço prestado pelas



discentes, pensando no estágio remoto no serviço-escola, uma das coordenadoras presentes também não vê como viável, uma vez que a grande massa que utiliza desses serviços é economicamente vulnerável, então, seria preciso pensar como seria o acesso dessa população. Nas falas, foi notória a importância de preservar o compromisso ético-político de não realizar estágios em formato remoto. Outro desafio informado foi em relação ao processo avaliativo, pois muitas professoras tiveram de se adaptar. Em relação aos estágios, houve relatos sobre a necessidade de se pensar em uma visão micro, mas também macro, uma vez que os estágios trazem um impacto institucional, mas também no cotidiano do corpo docente, dos próprios estudantes, sendo muitos indivíduos pertencentes ao grupo de risco.

Em relação às docentes, uma das coordenadoras destacou que há um impacto direto em suas remunerações, uma vez que esta é feita por horas trabalhadas. Por esta razão, têm sido realizadas atividades teóricas e práticas que as discentes participam com as técnicas sem vinculação com o estágio. Uma das coordenadoras relatou que algumas professoras se adaptaram e gostaram do ensino remoto.

Ouro ponto mencionado foram as dúvidas com relação às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) não especificarem a quantidade de carga horária de estágio que deve ser executada no campo. Isso foi questionado, pois pensou-se na possibilidade de agregar na carga horária de estágio uma parcela que poderia ser feita de forma remota (o que geralmente compreende momentos de elaboração de relatórios, supervisão, etc.).

As representantes das instituições privadas reconhecem que, caso ocorra o retorno das atividades nas IES públicas, pode ocorrer um efeito cascata também nas IES privadas. Se o ensino remoto de estágios em Psicologia for implementado nas IES públicas, pode haver um efeito nas IES privadas também.

Para outra participante que tem atuado no ensino remoto, este tem sido um grande desafio, gerando desgaste por sua experiência ocorrer no ensino remoto com todos os componentes curriculares obrigatórios ao mesmo tempo. Na sua realidade, no interior do estado, as estudantes são de diferentes territórios, sendo inviável seu deslocamento na pandemia, bem como inviável elas estagiem em suas cidades de origem. Ela ressaltou a necessidade de pensar na formação dessas estudantes em tempo de pandemia, pois não há garantia de que prorrogar as coisas para o próximo ano será resolutivo, defendendo que é preciso ter o cuidado porque há interesse em transformar a Psicologia em EaD, então os



posicionamentos serão importantes e poderão abrir precedentes para o aproveitamento de resoluções tomadas agora em momento posterior.

Outra coordenadora não possui um posicionamento ainda fechado em relação à flexibilização ou não devido a essas reflexões colocadas. Outra fala destacou o reconhecimento de que o ensino remoto é necessário, mas apenas diante dessa excepcionalidade. É necessário que o coletivo pense em como seria caso essa pandemia se prorrogue por mais tempo. Questionou-se, em seguida, sobre que público seria possível atingir em relação às práticas de estágio remoto, questionando se, ao criar excepcionalidades em relação ao estágio e público, não poderiam estar reforçando um formato tradicional dirigido a um público que possui alguns privilégios ou tem acesso aos direitos, se não estariam reproduzindo uma prática de Psicologia tradicional, a qual tem se tentado diversificar há anos.



### **3º DIA DE SEMINÁRIO: 06 DE JULHO DE 2020**

Horário: 19h – 21h

Plataforma: *Cisco Webex Meeting*

Mediadores: Rafael Ribeiro (Presidente do CRP-17), Robério Nunes (Conselheiro do CRP-17), Ana Ludmila Freire Costa (Membra da Comissão de Educação do CRP-17), Izabel Hazin (Conselheira do CFP) e Stela Maris Bretas Souza (Representante da ABEP)

Público-alvo: representação estudantil e estudantes de Psicologia do RN que estão em estágio

Participantes: 116 inscritas/82 participantes

### **Síntese dos pontos debatidos**

As falas iniciais deram conta de defender que a Psicologia se faz na presença, na troca, no contato e com estudantes e que a particularidade de cada instituição precisa ser considerada. Ademais, as falas das estudantes presentes foram colocadas como representativas de coletivos que se deram por meio de reuniões com as turmas e assembleias do movimento estudantil.

É importante destacar que do conjunto de mais de 80 participantes, apenas três se colocaram favoráveis à possibilidade de práticas remotas. Os argumentos serão especificados a seguir. O primeiro ponto é que há de se considerar as práticas remotas com limites de horas para o estágio ou que, pelo menos, a supervisão teórica pudesse ser considerada como carga horária de estágio. O segundo aspecto é que há uma preocupação com estudantes em fase final da graduação, pois adiar o estágio poderia dificultar o início da vida profissional. O terceiro aspecto informa sobre a importância de estagiar nesse cenário para que se possa aprender a fazer Psicologia no contexto atual: “que a gente não exclua a possibilidade de poder elaborar novas possibilidades de atuação”.

De outro modo, a maioria das estudantes colocou que as turmas concordam em adiar o estágio em função de prejuízos individuais em distintos âmbitos. Destaca-se uma fala inicial que pontuou: “não podemos esquecer que estamos no meio da pandemia e nosso primeiro objetivo é sobreviver”. No que se refere às próprias estudantes e à experiência de estágio, foram apontadas várias questões. A primeira delas é a preocupação com a saúde mental, pois há relatos de dificuldades em relação à adaptação em disciplinas remotas somadas à sobrecarga de trabalho. Além disso, o estágio é uma etapa esperada para elas, e



a modalidade remota estaria reduzindo o estágio à ferramenta, que deveria ser usada apenas de forma complementar. Nesse sentido, segundo as alunas, é necessário considerar que, muitas vezes, essas práticas são o primeiro contato da estudante com o mercado de trabalho.

Na opinião das estudantes, a formação precisa pensar no potencial técnico, ético e político da profissão e há um receio de que o estágio remoto não possa exercitar todos esses aspectos, o que impactaria na aquisição das habilidades, criando uma distância em relação aos contextos de atuação. Outra preocupação é a perda da continuidade da aprendizagem adquirida nas etapas anteriores e que não poderão ser atreladas ao estágio, caso haja prática realizada remotamente.

Sobre as condições práticas de realização dos estágios em modalidade remota, relatou-se que muitas estudantes não possuem equipamentos, e que quando o têm, não são de qualidade. Ademais, muitas estudantes não têm acesso à internet de qualidade e possuem dificuldades quanto ao espaço físico que garanta o sigilo. Houve falas que pontuaram uma diferença fundamental entre a prática de estágio e a prática daquelas que já são profissionais, pois a profissional que atende por meio de TICs no contexto atual, já passou por toda formação e experiência no atendimento presencial. Assim, é preciso considerar o caráter formativo do estágio.

As estudantes também se mostraram preocupadas com a situação das docentes. As primeiras falas deram conta de observar a saúde mental das professoras, sobretudo, pela sobrecarga de trabalho. Outras questionaram se todas as profissionais psi que exercem a função de supervisoras de campo, bem como as supervisoras acadêmicas possuem especialização e prática no manejo online. Finalmente, as estudantes relataram que as professoras não estão prontas para lidar com esse cenário.

Também houve falas sobre a própria Psicologia. E o primeiro questionamento se fez acerca do embasamento científico para a prática remota de Psicologia, para além do atendimento individual. As estudantes consideraram que as práticas remotas empobrecem a Psicologia e a qualidade do serviço que entrega. A prática remota impediria o exercício do compromisso social da Psicologia, por alijar grande parte da população brasileira desse serviço. O cumprimento dos princípios do código de ética também estaria comprometido, sobretudo, a garantia de sigilo em função de estarem todos em ambientes domésticos. Finalmente, as estudantes consideraram que a Psicologia jamais pode ser feita distante da relação interpessoal.



Outras falas foram organizadas considerando pontos críticos em relação às instituições de ensino. Por exemplo: as instituições de ensino estão preparadas em termos de planejamento, tempo, dedicação para oferecer os estágios de maneira remota? Na opinião das discentes a resposta seria negativa, dada a situação de emergência do contexto atual. A aproximação à comunidade fica prejudicada; a função social da universidade fica prejudicada, segundo a posição das alunas. As participantes ponderaram que talvez para algumas instituições particulares que estão mais fundadas no ensino, haja mais pressão para o ensino/estágio remoto. Por outro lado, a universidade pública tem sido constantemente atacada, e assim há muita preocupação que determinados setores da sociedade façam pressão e se abra precedente que possa precarizar a prática remota para além da pandemia.

Houve falas que contemplaram os aspectos relacionados aos aspectos sociais da prática do estágio. As discentes consideram que práticas remotas são excludentes: grande contingente populacional brasileiro não teria condições de acessar essa prática. Questionamentos sobre o alcance do atendimento remoto às pessoas em situação de vulnerabilidade social e de pessoas com deficiência também foram feitos. Assim, mesmo que algumas turmas pareceram preocupadas com o adiamento da formação, por envolver interesse pessoal e expectativas familiares, há que se considerar o compromisso com a sociedade.

As preocupações das estudantes também se deram em torno dos campos de estágio. Realizar estágio em hospital no meio da pandemia, por exemplo, seria difícil, pois não há qualquer cenário em que o estágio remoto hospitalar funcione remotamente. Outros campos mencionados como de difícil realização do estágio foram o sindicato de trabalhadores rurais, no campo da Psicologia Organizacional e do Trabalho, dispositivos da RAPS e contextos da área social. Uma fala de uma das estudantes salientou que nas modalidades de atendimento online existe experiência sobre fazer clínico, mas na turma da qual a estudante faz parte, há 14 campos distintos e que não tem ainda literatura sobre atuação online com essas atividades.

As participantes também apontaram algumas alternativas para este cenário: (1) a formação não se dá apenas pelo ensino e pelo estágio, e assim há muita coisa a se fazer na pesquisa e na extensão. “Nossa formação não está parada, segue atendendo à população, [fazendo] pesquisa, não deixou de olhar para a realidade que se transformou”; (2) fortalecer a extensão e a pesquisa em todas as IES (públicas e privadas); (3) somar forças na luta pela



redução das mensalidades, para que não seja autorizado o estágio remoto; (4) não se fechar às novas tecnologias, mas o estágio remoto não é o melhor caminho; (5) construir alternativas que não comprometa um momento tão importante quanto os estágios; (6) construir novas possibilidades de atuação em Psicologia devem estar articuladas à manutenção da qualidade e inclusão de novos setores sociais; (7) construir uma visão potiguar de Psicologia, que reafirme a diversidade e o compromisso social da Psicologia; e (8) continuar o debate sobre o que é ser estudante de Psicologia no RN e pensar em todas as questões que possam ser debatidas e trabalhadas com calma e tempo.

Por fim, houve duas falas significativas, que traduzem bem o clima do seminário regional de estudantes de Psicologia do RN sobre a possibilidade de estágio remoto:

“É o momento de a gente pensar qual a nossa posição, nossos valores, quais lugares vamos ocupar, que público vamos atender. Nosso país atravessa momento difícil e, quanto mais união e debate, mais fortalecidos sairemos”; “Que esse ‘novo normal’ não nos roube o direito à educação com qualidade”.



## **SÍNTESE DA ETAPA REGIONAL DO SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO – CRP-17**

A etapa RN do Seminário dá continuidade às ações da gestão do V Plenário do CRP-17, iniciada em setembro de 2019, e que tem intensificado a orientação aos serviços-escola, com dois encontros anteriormente realizados com coordenadoras de curso e de serviços-escola: em janeiro e em maio deste ano; neste, objetivando um diálogo sobre o impacto da COVID na formação em Psicologia, também teve participação da ABEP. Avalia-se que essa relação promoveu a adesão do público ao Seminário, que contou com participação de todos os cursos de Psicologia do RN. Houve presença de coordenadoras de curso e de serviços-escola, de coordenadoras, supervisoras e orientadoras de estágio e de representações estudantis. A amplitude da participação do público no evento bem como as medidas de mediação para escuta do maior número e diversidade de vozes garantiu seu caráter democrático.

Em resposta ao isolamento social, desde o início da pandemia da COVID-19, os cursos têm produzido atividades remotas em caráter emergencial, com manutenção ou ajuste de calendário acadêmico em instituições privadas, e suspensão de semestre regular com posterior implementação de semestre suplementar nas IES públicas. Dadas as normativas do MEC e as orientações do Sistema Conselhos de Psicologia e ABEP nos primeiros meses da pandemia, o cenário atual é de paralisação de todas as práticas e estágios de Psicologia no RN. Alguns serviços-escola mantiveram seu funcionamento com atendimento psicológico realizado exclusivamente por técnicas de serviços-escola ou supervisoras, outros propuseram grupos de estudo. Além da transposição de componentes curriculares teóricos da modalidade presencial para o formato remoto emergencial, há algumas experiências de ciclos de estudo ou debates ao vivo (*lives*), especialmente sobre temas transversais que não compõem as matrizes curriculares dos cursos (são exemplos: Teorias Feministas e Psicologia Antirracista), e sobre temas relativos à adaptação da Psicologia ao trabalho online (requisitos para prática de psicoterapia na modalidade online, e saúde mental de psicólogas em atendimento durante o isolamento físico são exemplos). Essas ações são feitas, em geral, como atividades de extensão ou atividades complementares.

Em virtude da Portaria MEC n. 544/2020 flexibilizar as práticas e os estágios, mas as DCN dos cursos de Psicologia (2011) não regerem a previsibilidade de ensino remoto, a concretização de práticas e estágios remotos nos cursos de Psicologia no RN requereria



a proposição dessa alternativa nos projetos pedagógicos dos cursos, o que não é uma realidade no estado, conforme assinalado por todas as coordenadoras de curso.

Em uma síntese de resultados da etapa RN do Seminário, conclui-se que há um cenário desfavorável para implementação de práticas e estágios em Psicologia no formato remoto, mesmo no momento de excepcionalidade como na pandemia da COVID-19. Os argumentos de todos os setores (das coordenações de curso às representações estudantis) para presencialidade das práticas e estágios em Psicologia giram em torno (1) *das particularidades da experiência de formação em Psicologia*, que requer vivência e troca coletiva não só de conteúdo, mas de afetações; (2) *da diversidade de subáreas da Psicologia*, que requereria adaptação das práticas e estágios a cada contexto, sendo alguns deles apontados como impedidos, como os estágios em instituições (seja também pela sua paralisação na pandemia, como é o caso de contextos educacionais; seja pelas condições do público-alvo, como é o caso de mulheres em situação de violência atendidas na Assistência Social, Segurança Pública ou Sistema de Justiça); mesmo a Psicologia Hospitalar foi apontada como uma subárea em que, a despeito da atual alta demanda, não se vislumbra uma adequação de estágios por meio remoto; a adoção do formato remoto emergencial implicaria uma redução da diversidade da Psicologia; (3) *das condições concretas das estudantes e docentes para execução de estágios*, especial, mas não somente no que diz respeito à *inclusão digital* com garantia de manutenção do sigilo em práticas de estágio (o que requer mais que o acesso a um equipamento e uma rede; requer, como exemplo, espaço privativo e rigor no manuseio dos registros psicológicos, para garantia do sigilo); neste item acrescenta-se a preocupação com as condições de vida para lidar com a crise de saúde pública e aprofundamento das consequências do trabalho precarizado na saúde mental de estudantes e docentes; (4) *da qualidade técnica, ética e política da formação em Psicologia*, cujo público-alvo está espraiado em territórios por vezes inacessíveis pela modalidade remota, consequência da estrutura desigual secular no país; destaque foi dado pelas IES localizadas no interior do estado, cujas condições de vida no sertão aprofundam a complexidade das respostas da Psicologia ao campo; neste aspecto, também se destacou a falta de condições de vida do público-alvo dos serviços-escola de Psicologia, comumente em condição de pobreza e cujo acesso a uma ambiência adequada ao remoto tornaria o acesso a serviços psicológicos um privilégio; (5) por fim, os grupos também apontaram a preocupação com a *reprodução do formato remoto em*



*momento pós-pandemia*, o que desqualificaria a formação em Psicologia. Vale destacar que os argumentos não menosprezaram as TICs como artefatos importantes, mas não como caminho único e obrigatório.

Por outro lado, mesmo contrárias à realização em formato remoto de práticas e estágios, algumas participantes problematizaram a viabilidade do remoto, argumento presente tanto entre coordenadoras de curso e orientadoras quanto em estudantes, mormente em concluintes de instituições privadas. Comparece a preocupação legítima com a duração da pandemia – que já atravessa quatro meses e cuja normativa do MEC prevê a transposição do presencial ao remoto até o final de 2020 –, gerando insegurança no planejamento de carreira e mesmo com a dívida contraída por meio de política de acesso ao ensino superior. Ainda que a sugestão tenha sido a aplicação do remoto estritamente em um momento de excepcionalidade, essa posição não ecoou no público do evento. De todo modo, as participantes apontam algumas necessidades para o caso de aplicação de práticas e estágios remotos em Psicologia, a exemplo de (1) realizar parcialmente o estágio, por meio de *supervisão inicial* remota, mesmo com uma quantidade limitada de carga horária destinada a essa ação; e (2) *inclusão da discussão sobre os serviços de Psicologia prestados na modalidade online na formação de psicólogas* pelas IES.

Em síntese, o Seminário aponta três posições de fala: um grupo que rejeita o formato remoto localiza-se em IES de natureza pública; outro grupo prevê a necessidade de permanecermos em diálogo para alternativas que deem continuidade à formação, ainda no remoto, com exceção das práticas e estágios, sem desqualificá-la, presente em IES privadas de gestão local; um último grupo que aguarda autorização oficial para aplicar o formato remoto emergencial, presente em IES privadas em modelo corporação.

A pandemia da COVID-19 impõe um momento de excepcionalidade que marcará a experiência de psicólogas e estudantes, mas que, de modo algum, pode ser reproduzida de forma estrita nem sem reflexão e produção científica adequada sobre essa realidade social. Considera-se que é preciso destacar a importância de valorizar as TICs como ferramenta adicional de mediação do processo ensino-aprendizagem, mas não como única via, expressa na forma de ensino remoto emergencial largamente adotado no ensino em Psicologia. Nessa direção, o CRP-17 sugere que os resultados do Seminário Nacional



sirvam de subsídios para o trabalho do GT de Estágios da APAF, cuja tarefa de elaboração de minuta de Resolução de Estágio em Psicologia está em construção.

Por fim, o Seminário aponta a necessidade de diálogo contínuo entre as partícipes do evento, não só para as questões derivadas da pandemia, com suporte do GT de Formação do CRP-17. Percebe-se que a execução de espaços de diálogo, prática recorrente da gestão do Sistema Conselhos de Psicologia, promove articulação entre psicólogas e estudantes na base da categoria, devendo ser um princípio permanente de gestão.

O CRP-17 reitera seu compromisso com a qualidade da formação e se soma ao Sistema Conselhos e demais entidades de Psicologia no país, expressando que Psicologia se faz com presença.

## APÊNDICES

Apêndice A. Registros de imagem do encontro com coordenadoras(es) de estágio, coordenadoras(es) de serviços-escola, supervisoras(es) e orientadora(es) de estágio em Psicologia no RN.



Figura A1. Em destaque, Robério Nunes (coordenador da Comissão de Educação do CRP-17) e Izabel Hazin (conselheira do CFP).



Figura A2. Em destaque, Robério Nunes (coordenador da Comissão de Educação do CRP-17) e Izabel Hazin (conselheira do CFP).



*Figura A3.* Em destaque, Robério Nunes (coordenador da Comissão de Educação do CRP-17).



Apêndice B. Registros de imagem do encontro com coordenadoras(es) de cursos de Psicologia do RN



Figura B1. Em destaque, Rafael Ribeiro (presidente do CRP-17), Keyla Amorim (vice-presidenta do CRP-17), Robério Nunes (coordenador da Comissão de Educação do CRP-17) e Izabel Hazin (conselheira do CFP).



Apêndice C. Registros de imagem do encontro com estudantes de Psicologia do RN.

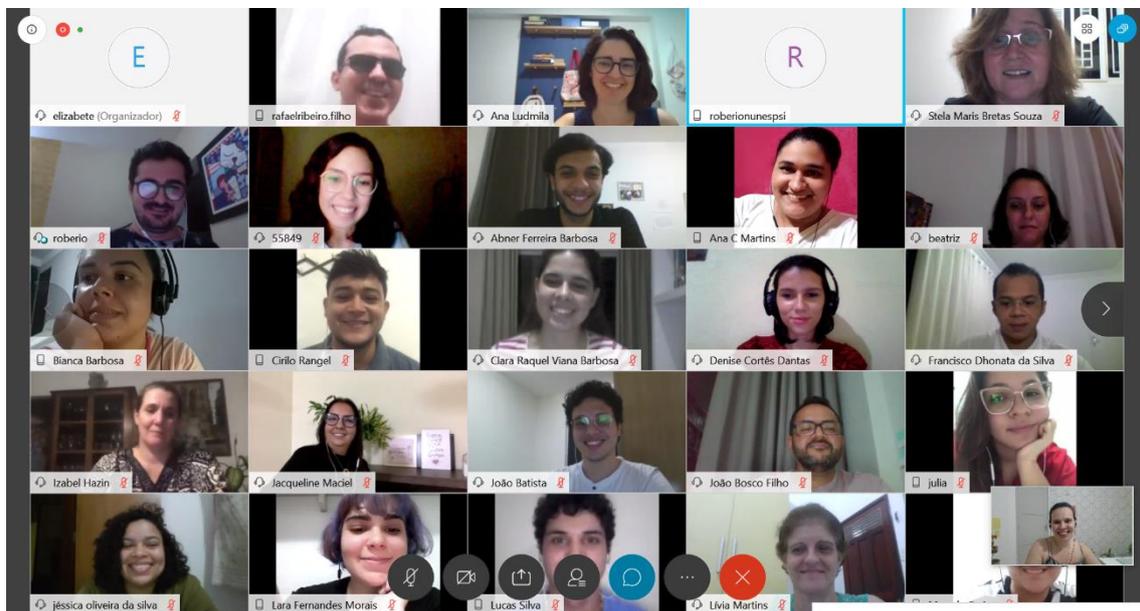


Figura C1. Em destaque, Rafael Ribeiro (presidente do CRP-17), Keyla Amorim (vice-presidenta do CRP-17), Robério Nunes (coordenador da Comissão de Educação do CRP-17), Izabel Hazin (conselheira do CFP) e Stela Maris Bretas Souza (Representante da ABEP).

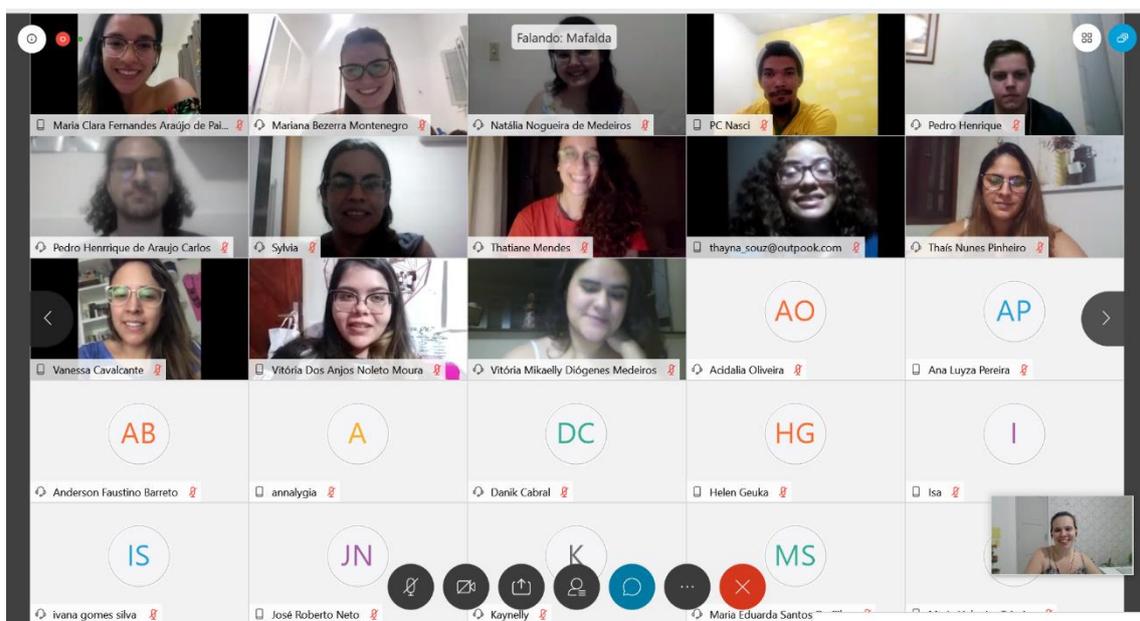


Figura C1. Em destaque, Keyla Amorim (vice-presidenta do CRP-17).

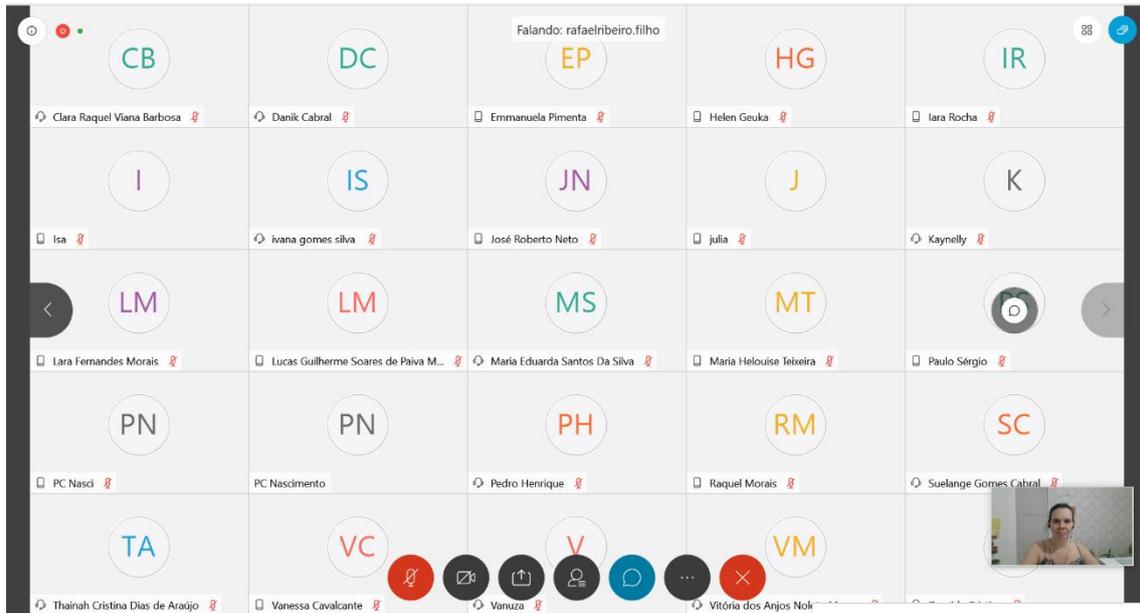


Figura C3. Em destaque, Keyla Amorim (vice-presidenta do CRP-17).